

A VICTORIA REPUBLICANA

POR

ALBERTO SALLES

A doutrina que fornecer uma solução ás diversas questões politicas sem ser levada a um desmentido na pratica, devera ser reconhecida apta para reorganisar a sociedade.

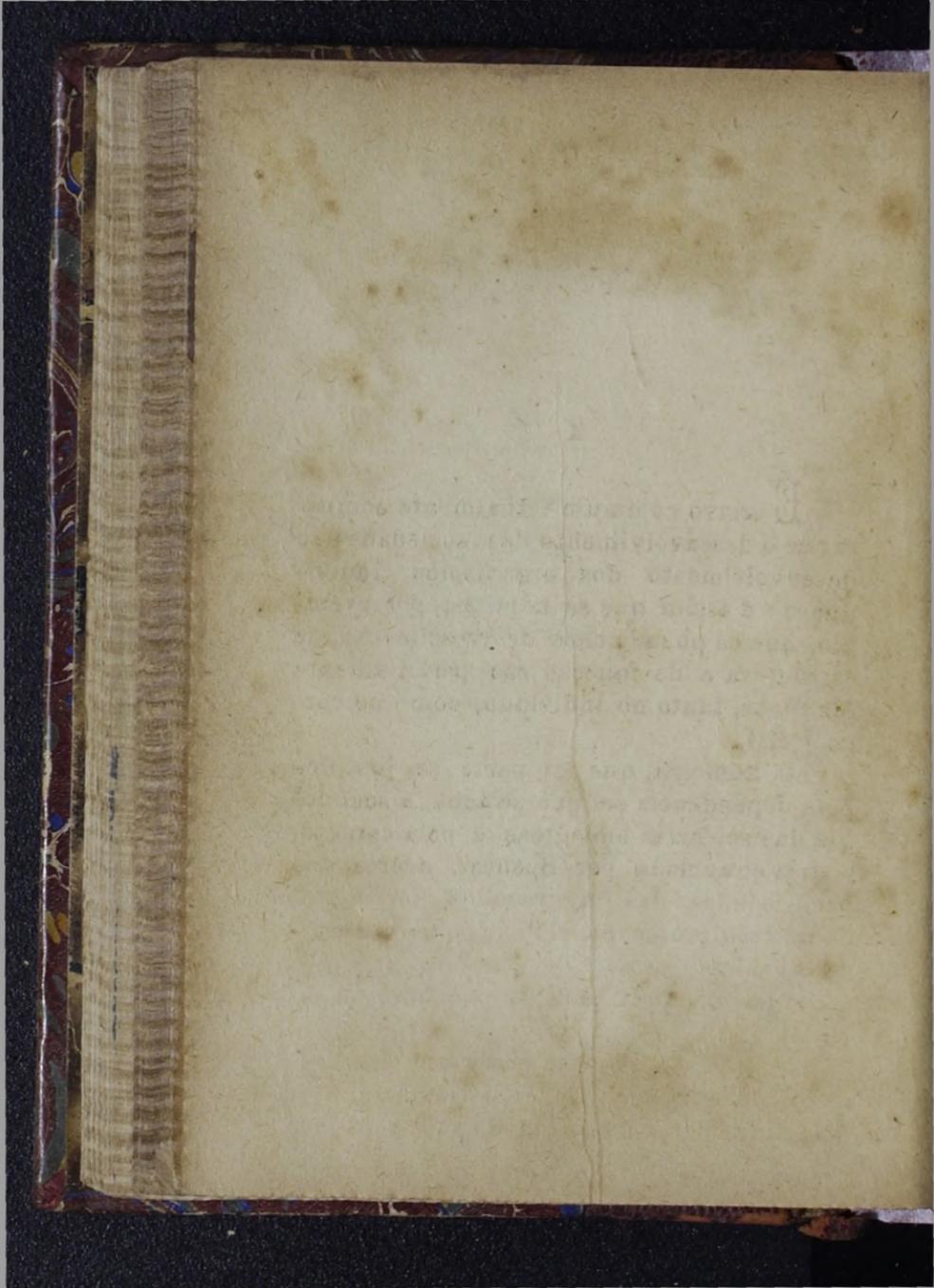
AUGUSTO COMTE.



S. PAULO

TYPOGRAPHIA DA «PROVINCIA»

—1885—



I

E MUITO commum actualmente comparar-se o desenvolvimento das sociedades ao desenvolvimento dos organismos individuaes : é assim que se admite, por exemplo, que os phenomenos de crescimento, de estructura e de funcção são perfeitamente identicos, tanto no individuo, como no corpo social.

Esta analogia, que em parte se justifica pela dependencia em que se acha a sociologia das sciencias biologicas e pela caracteristica enunciada por Spencer, acerca das propriedades dos aggregados em geral, como resultantes das propriedades das unidaes componentes, é de fecundissima applicação na intrepreatação dos phenomenos sociais.

Assim, se o individuo passa em seu desenvolvimento por phazes diversas e bem discriminadas, crescendo pouco a pouco,

gradativamente e com a maxima regularidade, assim tambem os organismos sociaes, por um processo lento e gradual de differenciações successivas, crescem e desenvolvem-se constantemente.

As sociedades humanas não são estacionarias : progredem incessantemente. Como em todos os aggregados, porém, encontram-se nos organismos politicos condições de equilibrio e de conservação, que facilitam e tornam possível essa mesma progressão : são os factores estaticos, que se exprimem pelo costume, pela tradição, pela recorrencia e pela sobrevivencia.

E' destas duas ordens de factores, uns estaticos e outros dynamicos, ou destas duas ordens de forças, umas de conservação e outras de renovação, immanentes em todos os aggregados humanos, que se derivam essas duas grandes necessidades, da ordem e do progresso, que constituem os dous pontos extremos de oscilação de todo o movimento social.

A ordem e o progresso marcam, com effeito, os dous polos entre os quaes oscila incessantemente a sociedade em seus multiplos e variados movimentos. São as duas condições primordiaes de equilibrio e desenvolvimento, de cohesão e transformação, que consti-

tuem as propriedades características dos aggregados humanos.

Todo o systema politico, racional e scientifico, ha de inevitavelmente comprehender estes dous elementos do movimento social. A ordem ha de ser uma condição indispensavel do progresso, assim como o progresso ha de ser um desdobramento necessario da ordem.

E' neste ponto que se dividem os partidos nas sociedades modernas. Um apega-se ao passado, ás tradições, ás forças de conservação e impede a marcha espontanea da progressão social ; outro exagera as forças de renovação, perturba o equilibrio social e produz a anarchia e a descrdem.

São os dous partidos, o retrogrado e o revolucionario, que constituem ainda hoje os dous typos fundamentaes, a que podem se reduzir os differentes matizes politicos em que se acham divididas as sciedades contemporaneas. O primeiro, agrupando-se em torno da ordem, vai buscar o seu ideal no passado ; o segundo, operando em torno do progresso, caminha para a revolução. Ambos mutilam inteiramente o problema politico.

E' preciso que as organizações partidarias se modifiquem ; é preciso, como diz Littré, « que o partido da ordem deixe de ser retrogrado e que o partido do progresso deixe de

ser revolucionario. Julgar que a ordem é possível pela restauração do passado é um erro, assim como também é um engano pensar-se que a lucta indefinida pela destruição das cousas antigas, basta para as sociedades; exigir, porém, que as mutações necessarias se operem sem desordem, ou que a conservação da ordem não se opponha á realização das mutações necessarias, é, em duas formulas equivalentes, estabelecer o problema politico em sua integridade.»

Essa conciliação é indispensavel. Satisfazer ás neecessidades de ordem, sem impedir a justa expansão do progresso, é coordenar os dous elementos fundamentaes dos aggregados humanos, harmonisando-os em uma formula ampla e comprehensiva; é fazer a unica politica racional e scientifica, que é a *politica da conciliação*.

O partido que sem negar a ordem procura favorecer o progresso e sem negar o progresso procura favorecer a ordem, não é nem revolucionario e nem retrogado: é o partido *da conciliação*, da harmonia e da coordenação de todas as forças sociaes, o unico que comprehende o problema politico em toda a sua integridade.

II

DO ANTAGONISMO que se procurou criar entre a ordem e o progresso não resultou sómente a mutilação do problema politico ; resultou tambem a irracionalidade com que se formaram posteriormente as organizações partidarias.

Os diferentes matizes da ordem, por isso mesmo que sentiam-se levados á restauração completa do passado, oppunham-se a qualquer mutação no corpo social, como attentoria das suas condições de existencia, e *negavam* peremptoriamente as necessidades de renovação nos aggregados humanos.

Por seu turno, os diversos matizes do progresso, attendendo unicamente para as necessidades de demolição das velhas instituições, resistiam a toda tentativa de restauração do passado, como contrarias á marcha da civilisação, e *negavam* igualmente as ne-

cessidades de ordem na manifestação espontanea da evolução social.

D'ahi o antagonismo partidario, que, depois da revolução franceza principalmente, tal intensidade adquirio com a accumulção successiva de odios e de rancores que sobrevieram, que o partido da ordem tornou-se um inimigo irreconciliavel do progresso, assim como o partido do progresso tornou-se um inimigo irreconciliavel da ordem.

Mutilou-se por essa fórma o problema politico e aggravaram-se ainda mais as difficuldades de reorganisação das sociedades modernas. O empirismo governamental tornou-se a caracteristica fundamental da função politica e o interregno da anarchia se prolongou até os nossos dias.

Tanto o partido da ordem como o partido do progresso, em opposição manifesta com suas proprias doutrinas e cahindo constantemente de incoherencia em incoherencia, começaram a fazer na esphera da actividade governamental a politica irracional e empirica da *negação*.

Sem comprehenderem ainda o extremo *relativismo* dos phenomenos sociaes, a sua immensa complexidade, resultado mesmo de sua grande instabilidade, não sómente tentaram o divorcio completo da ordem e do

progresso, como tambem atiraram-se ás resoluções irrevogaveis, esquecidos inteiramente da *tolerancia*, como a primeira característica da funcção politica.

Inimigos encarniçados, um via no outro, não a incorporação de uma necessidade que devia ser tomada em consideração no grandioso phenomeno da cooperação social, mas a *negação* systematica da sua doutrina politica, um obstaculo constante á realização de seus planos de governo.

Só mais tarde, depois da completa systematisação dos conhecimentos humanos, com a constituição definitiva da sciencia social, foi que se tornou possivel a justa coordenação da ordem com o progresso e, consequentemente, a racionalisação da funcção politica.

Appareceu, então, ao lado do partido retrogrado, que só pugnava pela ordem, e ao lado do partido revolucionario, que só pugnava pelo progresso, o partido da conciliação, que, abrangendo o problema politico em toda a sua integridade, tomou com a divisa de sua bandeira de governo o desenvolvimento do progresso dentro da ordem.

Do conflicto entre estes tres partidos, das suas luctas constantes, do seu modo de operar nas campanhas eleitoraes, foi que resulta-

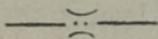
ram essas duas politicas, que Littré chamou de *represalia* e de *aceitação* e que Gambetta definiu praticamente como a politica do *combate* e a politica da *concordia*.

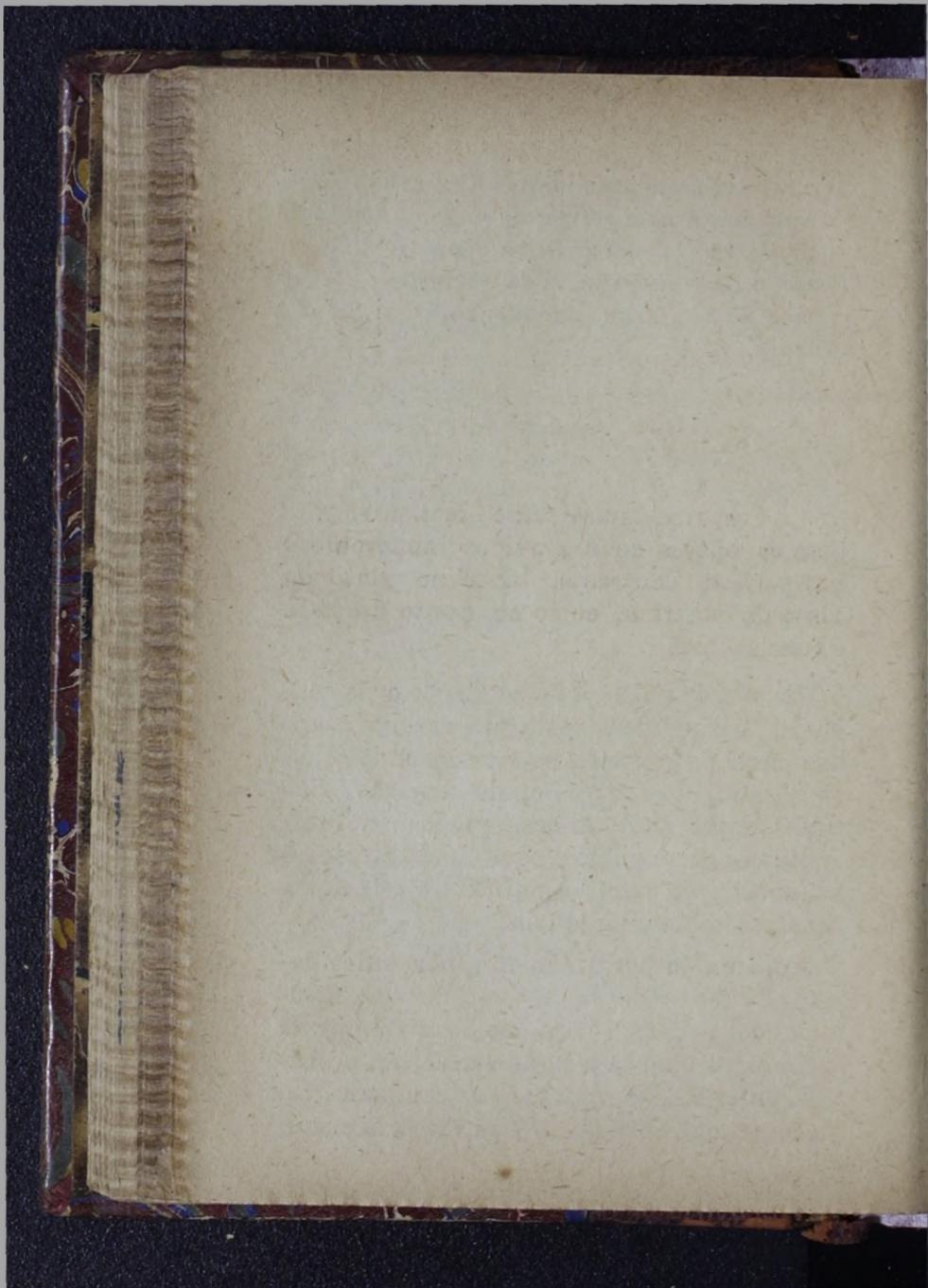
Os dous primeiros partidos, o retrogrado e o revolucionario, fazem praticamente a politica da *represalia*, a politica do *combate*. O partido retrogrado, em vez de *aceitar* as necessidades de renovação do organismo social, faz ao partido revolucionario a politica da *negação*, da exclusão e da *eliminação*. Da mesma fórma, o partido revolucionario, em seus esforços e em suas luctas politicas, só procura a exclusão e a *eliminação* do partido retrogrado.

Sómente o partido da *conciliação* é que faz a politica da *aceitação*, a politica da *tolerancia*, a politica da *concordia*. Não procura a *exclusão* da ordem, nem a *eliminação* do progresso, porque aceita e reconhece essas duas necessidades primordiaes dos aggregados humanos; procura tão sómente a sua perfeita coordenação e faz, por isso mesmo, a unica politica verdadeiramente racional e scientifica, que é a *politica da conciliação e da concórdia*.

E' a este typo fundamental da moderna organização partidaria que se prende, que se subordina, que se filia directamente o parti-

do republicano brasileiro. Elle não é revolucionario e nem retrogrado : é o partido da conciliação. A sua politica não é a do combate, a da represalia, a da exclusão ; é a politica *da aceitação, da tolerancia e da concórdia,*





III

O PARTIDO republicano brasileiro fórma com os outros dous partidos monarchicos um perfeito contraste, tanto no ponto de vista da doutrina, como no ponto de vista da disciplina.

Em vez da politica da aceitação e da concordia, o que fazem neste paiz os dous grandes partidos governamentaes é a politica da represalia, do combate, da negação. São duas forças antagonicas, que se excluem mutuamente e que em suas luctas irreconciliaveis produzem a apathia e o estacionamento completo da patria.

Ambos têm por unico fito, por unico escopo de seus esforços, a exploração indefinida do poder, á cuja sombra procuram sempre abrigar-se e cujas vantagens procuram auferir. São verdadeiras commanditas politicas, que antes da prosperidade nacional

collocam o egoismo grosseiro dos interesses partidarios.

Os conservadores, por exemplo, apregoando-se constantemente como os unicos amigos da moderação e da ordem, deixam aos seus adversarios a promoção das medidas de renovação social, mas nunca se esquecem de fazer-lhes a politica da *represalia e do combate*.

Por sua vez, os liberaes, dizendo-se os interpretes genuinos do progresso e os unicos instrumentos activos das necessidades de renovação do organismo social, entregam aos adversarios a conservação indispensavel da ordem, mas não poupam esforços, nem sacrificios, para *excluil os* completamente das altas funcções governamentaes.

Nas luctas partidarias, no parlamento e nas campanhas eleitoraes, em toda a parte onde se encontram, batem-se por systema e com tal encarniçamento que as suas forças se esterelisam em uma série de represalias constantes, com manifesto detrimento dos grandes interesses da nação, a cujo lado se dizem collocar e cuja realização affirmam desejar.

Além de contradictorios e incoherentes no ponto de vista da doutrina, como o attestam eloquentemente as poucas paginas de nossa historia politica, tanto o partido conserva-

dor como o liberal, quando deacem a medir suas forças nas campanhas eleitoraes, não é para garantir cada um a victoria possivel de seus candidatos, mas para *excluir*, para *eliminar inteiramente* do parlamento os seus irreconciliaveis adversarios.

Negam a possibilidade do accordo, da harmonia e da coordenação da ordem com o progresso, como duas necessidades que se oppoem e que se excluem mutuamente, e fazem por isso mesmo, em suas luctas este-reis e condemnaveis, a politica das represalias, do combate e da eliminação, porque cada um se julga bastante forte e bastante numeroso, para excluir da lucta o adversario impertinente.

O partido republicano, porém, como já foi affirmado publicamente em um documento memoravel, «pretende a victoria tomando *o amor por principio, a ordem por baze e o progresso por fim*. Não procura fazer da revolução a corrente impetuosa que lhe dê a victoria. Prefere ser uma força do grande factor moral e esperar da *evolução* o advento da Republica.»

O partido republicano, portanto, além de distinguir-se dos outros dous agrupamentos monarchicos pela solução comprehensiva que offerece ao problema politico, ainda delles se destaca pela admiravel coherencia que

manifesta, no terreno da applicação, entre os seus actos e a sua doutrina.

Aceita o progresso sem ser revolucionario, assim como tambem aceita a ordem sem ser retrogrado. Procura a justa coordenação dessas duas forças immanentes nos aggregados humanos, estabelecendo entre ellas uma perfeita equação, e faz constantemente, nas campanhas eleitoraes como nos corpos legislativos, a politica *da aceitação, da tolerancia e da concordia*

Não admira que uma tal conducta partidaria cause pasmo e estranheza aos nossos adversarios. A concepção de um novo systema politico, como claramente presentiu Augusto Comte, encontra tanto mais resistencia e tanto mais obstaculo á sua aceitação, quanto mais estreitos e energicos são os laços que nos prendem ás influencias moraes e intellectuaes do meio em que vivemos.

Não comprehendem os monarchicos, pelos vicios inherentes á sua doutrina, o conjuncto admiravel da politica republicana e procuram, por esse unico motivo, enxergar nos actos do novo partido uma incoherencia com os seus principios. Vai nisso, em parte, a influencia do meio, e, em parte, um pequeno equívoco de palavras.

IV

A PRIMEIRA condição para a existencia de um partido, a garantia unica de sua effi-
cacia como um instrumento indispensavel á
realização da evolução social, é sem duvida
alguma a perfeita uniformidade da sua dou-
trina. Um partido sem doutrina é como um
organismo incompleto e defeituoso, a que
faltam as faculdades da orientação: é um
partido sem responsabilidade e sem escru-
pulos, uma verdadeira commandita explo-
radora do poder. Os partidos monarchicos
estão neste caso.

Sem plano politico algum, como observa
Theophilo Braga, e «incapazes de apresen-
tarem um principio theorico ou doutrinario
com que se distingam entre si, a *irrespon-
sabilidade* que se arrogam quando exercem
o poder, e a *obediencia incondicional* que
exigem pela candidatura official aos re-
presentantes da nação que hão de simular

as formalidades parlamentares, tudo resulta d'esse conservantismo cauteloso do que na sua estupidez, cegueira ou incapacidade *caminha sem saber por onde.*»

E' por isso sem duvida que a conducta admiravelmente uniforme e coherente do partido republicano provoca o pasmo e o espanto dos partidos monarchicos. Sem um modo certo e determinado de proceder, sem orientação e sem disciplina, acostumados a operar arbitrariamente nas luctas eleitoraes, segundo a imposição unica dos chefes, acreditam igualmente que nós os republicanos não temos uma norma geral de proceder, determinada pela nossa doutrina e deduzida directamente dos nossos principios.

Enganam-se, porém. O partido republicano, na theoria como na pratica, na doutrina como na applicação, segue sempre uma marcha uniforme, um unico caminho, uma unica conducta, uma unica politica, que é a politica da aceitação, da tolerancia e da concórdia. No ponto de vista da doutrina *aceita* a relatividade dos phenomenos sociaes e procura a *conciliação* da ordem com o progresso; no ponto de vista da disciplina *aceita* e reconhece a superioridade numerica dos adversarios e procura no espirito de *tolerancia* a victoria de seus principios.

E' na aceitação, na tolerancia e na concórdia que se consubstancia a sua conducta politica, assim nos corpos legislativos como nas luctas eleitoraes. Elle reconhece a sua inferioridade numerica, *aceita* a posição secundaria que occupa em meio dos partidos monarchicos e, em vez da politica do *combate*, faz a politica da *concordia*, porque procura tão sómente, não *excluir* o adversario, mas garantir a possibilidade da sua victoria, desde que se sente tambem com direito a um lugar no seio da representação nacional.

Vai nessa conducta prudente e razoavel implicitamente envolvido um dos principios fundamentaes da sua doutrina. Chamam-n'a, porém, e a nosso ver erradamente, de *politica da transacção*. E' uma impropriedade de termo, que, desvirtuando inteiramente a conducta racional e scientifica do partido em suas luctas politicas, não sómente tem concorrido para chamar sobre nós a repugnancia de alguns co-religionarios bem intencionados, como ainda tem servido de arma de exploração nas mãos de nossos adversarios de má fé. O partido republicano paulista *não faz* a politica da transacção ; faz sim e ha de sempre fazer a politica *da aceitação e da concordia*.

Littré, notando os inconvenientes da translação de termos biologicos ppra a so-

ciologia, observa que «cada applicação de um termo biologico em sociologia é, ou *uma simples analogia, ou uma metaphora*. Nem os órgãos, nem as funcções são em sociologia o que são em biologia. Uma parte do *erro* e da *confusão* provem desta *translação das significações*. E' preciso affastar promptamente uma tal causa de equivocos » E' o que se dá exactamente com o termo *transacção*, em politica.

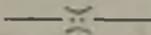
A *transacção* é uma expressão technica da economia politica, que serve para explicar o phenomeno da *troca*, caracteristicos dos actos commerciaes. Tem uma significação precisa no dominio dos factos economicos e não póde ser transportada para o dominio dos phenomenos politicos, sem graves perigos, pelos *erros* e pela *confusão*, que d'ahi podem resultar para a justa interpretação de uma tal cathegoria de factos.

A *transacção*, em sua legitima acepção, importa uma *troca*, e a *troca* importa por sua vez uma *cessão* de parte a parte. E' por isso que a *politica da transacção* parece aos olhes de muitos a *politica da troca*, a *politica do negocio*; quando, entretanto, ella não exprime, na realidade, mais do que uma *simples analogia, uma verdadeira metaphora*. Transplantado o termo do dominio particular dos factos economicos para os fac-

tos politicos, elle *não pôde* de modo algum conservar a sua significação primitiva.

Julgamos por isso mais conveniente usar de uma expressão mais adequada, para caracterisar a politica republicana : e essa se encontra na aceitação, na tolerancia e na concordia. Evitam-se assim os inconvenientes, afastando-se a causa dos equivocos que possam apparecer, e define-se com mais propriedade a verdadeira politica do partido.

Em vez de tomar-se a *transacção* como uma simples metaphora, como aliás seria indispensavel, para significar que o partido republicano não faz a politica das represalias, a politica do combate, da exclusão e da eliminação, como os dous agrupamentos monarchicos, é mais conveniente adoptar-se a divisa synthetica de Gambetta e dizer-se que o partido republicano paulista faz a *politica da aceitação e da concordia*.





v

EM VEZ de tomarem a *transacção* como uma simples analogia, como uma simples metaphora, usada tão somente para exprimir o sentimento de *tolerancia* que o partido republicano procura introduzir em nossas luctas politicas, em substituição das resistencias apaixonadas que as caracterizam, esforçam-se, ao contrario, os nossos adversarios por fazer acreditar aos menos atilados que a politica da transacção é a politica da troca, a politica do negocio.

Vai n'isso, em parte, uma grande dóse de má fé. Afeitos ao systema machiavelico das represalias, da intriga, e das emboscadas, e fazendo sempre uns aos outros a guerra do exterminio e da eliminação, por todos os meios possiveis, não admira, realmente, que queiram agora os monarchicos explorar em seu unico favor a ignorancia e a credulidade publica, com o condemnavel intento de

arredar do partido republicano as justas sympathias que até hoje tem captado pela sua conducta politica altamente racional e escrupulosamente moralisada.

Desde que se queira, porém, enxergar na *transacção*, quando applicada aos factos politicos, não a sua significação primitiva, aquella que se deriva immediatamente da característica fundamental dos phenomenos economicos, mas uma nova significação, puramente analogica e metaphorica, adequada exclusivamente a exprimir de um modo synthetico o novo systema politico que reconhece o partido republicano, é força confessar que as calumnias dos adversarios immediatamente se desfazem por si mesmas,

Se na realidade fizesse o partido republicano a politica da troca, a politica do negocio, offendendo directamente a sua doutrina e sendo levado na pratica a um desmentido qualquer do seu programma, não ha duvida nenhuma que a incoherencia seria manifesta e vergonhosa, e que justas seriam as censuras que todos os dias nos atiram desapiedadamente e sem cessar os nossos incansaveis adversarios. Se, porém, em vez da politica do negocio, o que elle faz é pura e simplesmente a *politica da concordia*, muito embora a chamem de *transacção*, onde está o motivo da censura e da repugnancia ?

Desçamos por um momento dos dominios abstractos da theoria para o terreno concreto da pratica, e perguntemos a nós mesmos com toda a franqueza, e com toda a lealdade: — o que foi que fez o partido republicano paulista nas ultimas luctas eleitoraes? — qual foi a sua divisa capital nessa memoravel campanha de que sahio coberto de louros e de gloria? — foi a politica das represalias, a politica do combate, a politica da exclusão? — foi a politica da troca, a politica do negocio? — ou foi a politica da aceitaçao, a politica da tolerancia e da concordia?

A imparcialidade e a justiça mandam que se diga que foi a politica da concordia Reconhecendo-se fraco e impotente para fazer aos adversarios a politica irracional da resistencia cega e obstinada, a politica do combate, mas sentindo-se ao mesmo tempo bastante forte e numeroso, como a concretisação de uma cathegoria de interesses já bastante consideravel para ser representada no parlamento nacional, é visto que o partido republicano devia fazer convergir todos os seus esforços eleitoraes, para o fim de fazer-se reconhecer, de fazer-se aceitar pelos seus adversarios, como uma força real e positiva.

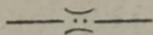
Quando dous partidos politicos entram em lucta, depois de haver cautelosamente me-

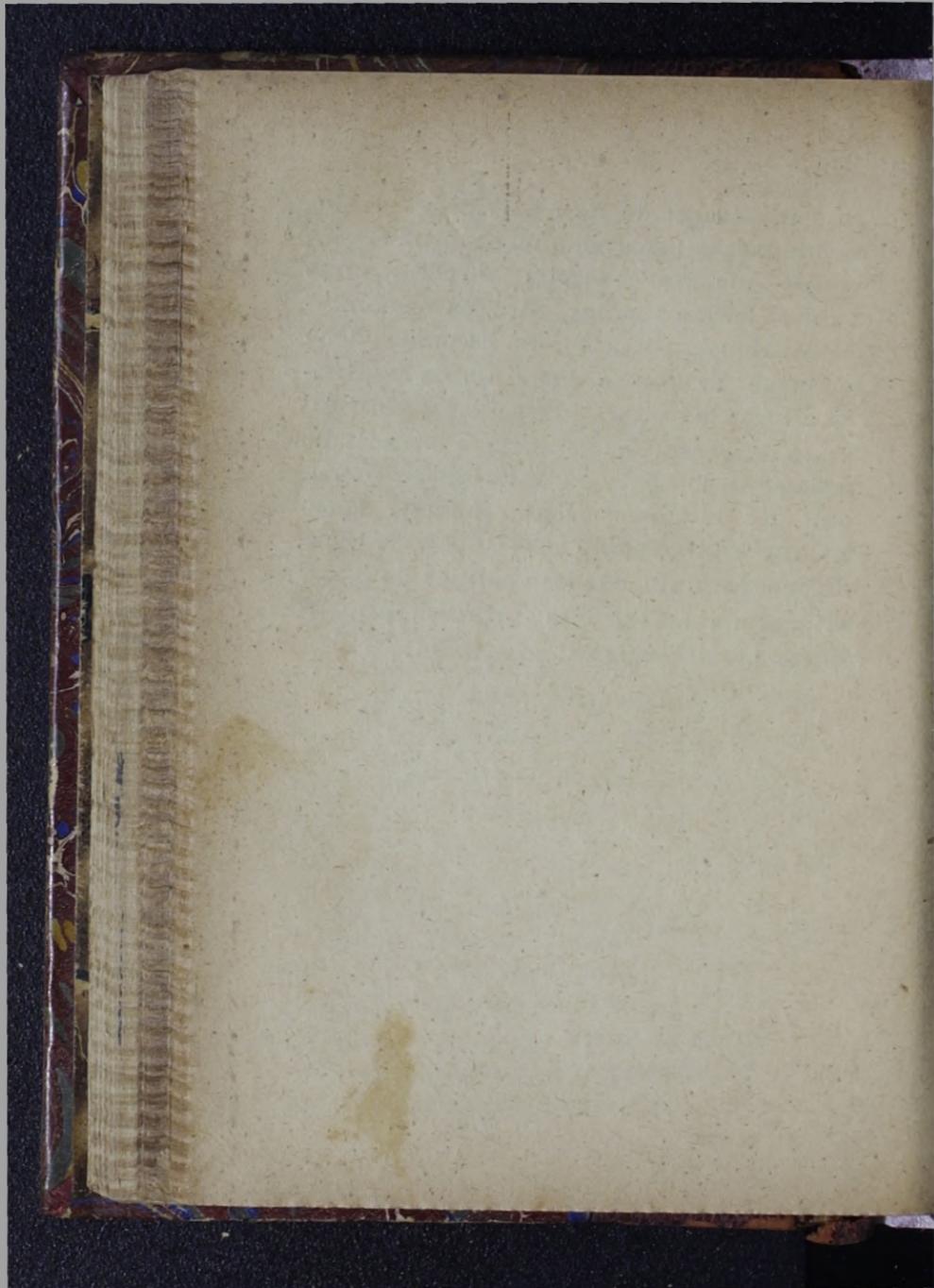
dido suas forças, e que reconhecem a impossibilidade material de fazer um ao outro a politica da exclusão e do combate. é natural, naturalissimo, que entrem em um reconhecimento franco de parte a parte, com o unico fim de garantir cada um os interesses e as opiniões que representam e concretisam, quando principalmente pessuem a certeza de que de outra fórmula poderiam ser levianamente sacrificados. Um reconhece a força relativa do outro e *aceita* o seu direito de representação

Foi o que se deu com o partido republicano. Francamente opposto ao regimen defeituoso das maiorias numericas e tendo como um dos pontos capitaes da sua doutrina o principio essencialmente democratico da representação proporcional, actualmente inculcado pelos mais eminentes publicistas, *aceitou* o partido republicano a posição secundaria que ainda occupa no eleitorado da provincia, mas procurou *garantir* ao mesmo tempo o seu direito indisputavel de representação.

O partido conservador, por seu turno, reconhecendo a impossibilidade de *excluir inteiramente* do parlamento os interesses republicanos, em vez de fazer-nos a politica das represalias e do combate, *aceitou* constran-

gido a pretensão do novo partido, evidentemente porque percebeu que, se outra fosse a sua attitude, graves seriam os perigos que d'ahi poderiam resultar para os seus interesses. Houve, portanto, um reconhecimento mutuo. Traçou-se entre ambos os partidos a linha divisoria *do respeito, do consentimento reciproco, da tolerancia*, e o resultado d'esse accordo foi a *garantia proporcional*, tanto dos interesses conservadores, como dos interesses republicanos. O partido republicano, portanto, não fez a politica da *troca*; fez pura e simplesmente a *politica da aceitação, da tolerancia e da concórdia*.





VI

A ATTITUDE do partido republicano no ultimo pleito eleitoral não podia evidentemente ser outra, senão a do *mutuo respeito*, em face de qualquer dos outros dous agrupamentos monarchicos. D'esse modo, não sómente satisfazia de alguma fôrma os seus interesses, conseguindo fazer-se *reconhecer* pelos adversarios, como uma força real na balança politica da provincia, como ainda se collocava de perfeita harmonia com a sua indole, que lhe impede necessariamente de fazer a politica do combate, da resistencia cega e obstinada.

O regimen defeituoso das maiorias numericas já teve a sua epoca de aceitação, já fez a sua carreira politica: o que a sciencia actualmente reconhece e o que aspira a democracia moderna é o regimen racional e equitativo da representação proporcional.

Se o systema representativo é um governo de opiniões e de fiscalisação, em que a soberania reside inteira na nação, não é justo e nem admissivel que se entreguem as funcções governamentaes nas mãos de um unico partido, por mais consideravel que seja a sua força numerica.

Todos os partidos, todos os grupos de interesses, devem influir directamente na gestão dos negocios publicos, guardada, apenas a proporção que representam em face uns dos outros, no seio da collectividade social. É ao menos esta a doutrina que se deduz immediatamente da indole do systema, que é hoje entuziasticamente proclamada pelos mais eminentes publicistas e que é francamente aceita pelo partido republicano, como um dos pontos capitaes da sua doutrina.

É evidente, portanto, que assim pensando e assim procurando actuar no animo dos nossos concidadãos, afim de concorrer por essa fórma para a realização immediata d'esse progresso politico, hoje mais do que nunca indispensavel em nosso paiz, não podia de modo algum o partido republicano, a menos que não quizesse propositalmente contrariar a indole caracteristica de sua doutri-

na, fazer a politica do combate, a politica das represalias, da resistencia céga e obstinada.

A unica politica que se harmonisa admiravelmente com a sua indole organica e que respeita a coherencia indispensavel dos seus actos com a sua doutrina, é sem duvida alguma a *politica da aceitação, da tolerancia e da concordia*. Como, porém, tornar possivel a pratica de um tal systema politico, senão pela linha divisoria do *respeito e do consentimento mutuo* ? Como realizal-o nas campanhas eleitoraes, senão por um accordo determinado, em que se imponha ao adversario o *reconhecimento franco* de seu direito de representação ? E como introduzir o sentimento da *tolerancia* em nossas luctas politicas, senão obrigando os nossos adversarios a esse reconhecimento ?

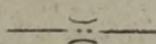
Entendem, porém, os nossos adversarios e até mesmo alguns dos nossos co-religionarios, que vai na pratica de um tal systema politico a desmoralisação e a deshonna do partido, porque é essa a politica da troca, a politica do negocio, a politica dos conchavos vergenhosos e illicitos. Quanto aos nossos adversarios nada diremos, porque é evidente a má fé com que nos accusam ; quanto aos nossos co-religionarios, porém, que acompanham a sua repugnancia da boa fé e da sin-

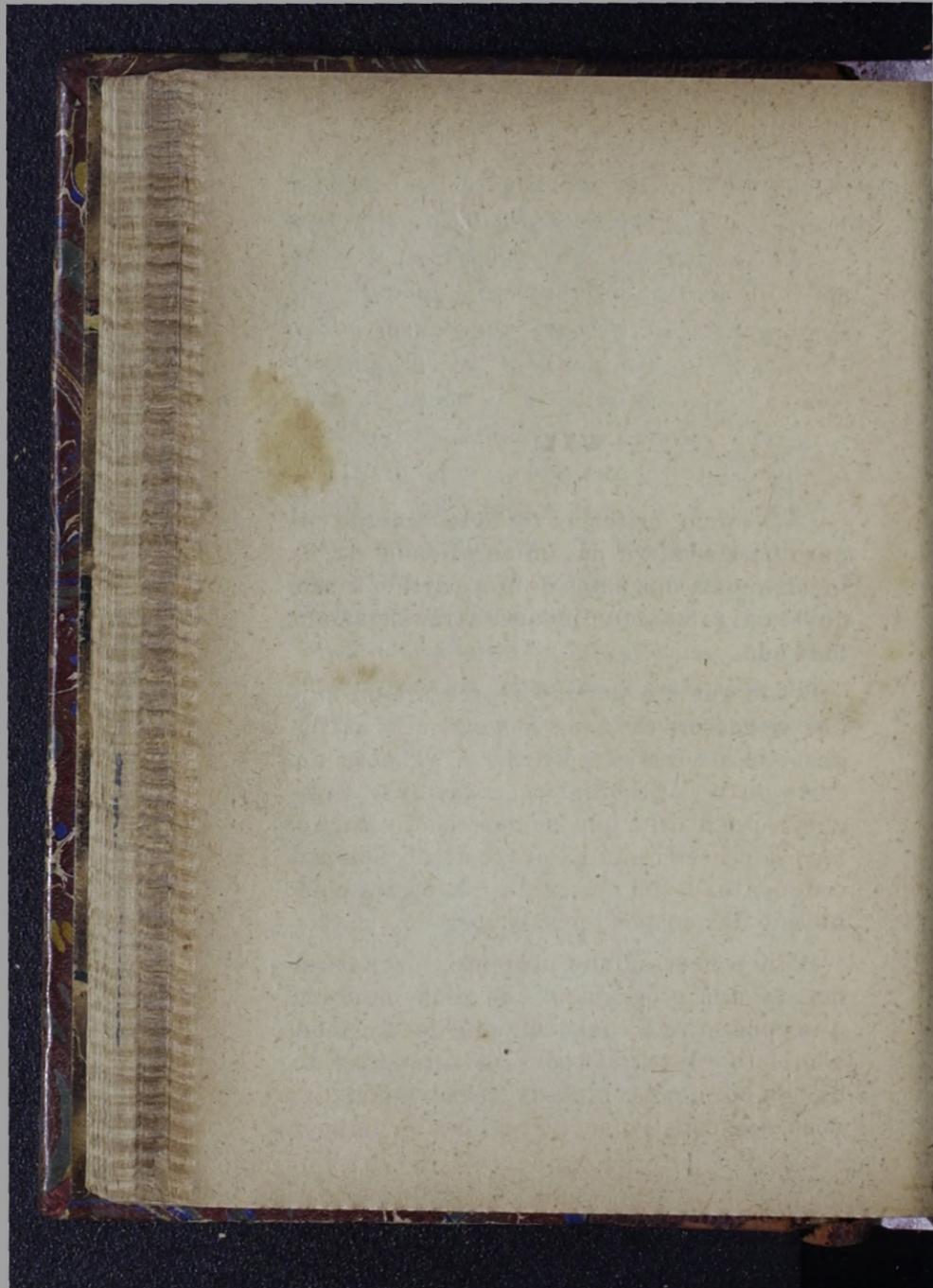
ceridade, pedimos apenas que suspendam por um momento o seu juizo temerario.

Um partido politico não é sómente um agrupamento material de individuos ou uma agglomeração de pessoas toda casual e arbitraria. É muito mais do que isso. É uma organização permanente, com intuitos definidos e com um corpo de doutrina que constitue a sua norma de conducta. Um partido representa sempre, ou ao menos suppõe-se sempre representar uma certa *categoria de interesses*, um certo numero de *opiniões communs*, uma certa *somma de aspirações*. É n'esse conjuncto de cousas que se encontra a razão de ser de um partido, assim como é d'ahi tambem que se deve partir para se fazer a justa apreciação de sua conducta.

Nestas condições perguntamos : — onde está o inconveniente da conducta politica que teve o partido republicano, no ultimo pleito eleitoral ? — onde está a desmoralisação na attitude tolerante, que elle então assumiu ? — onde está a deshonra ? — onde está a immoralidade do conchavo ? — onde está o motivo da censura dos nossos adversarios ? — onde está a razão da repugnancia dos nossos proprios co-religionarios ? Francamente, não enxergamos.

Por ventura foi atacada ou de alguma fôrma *sacrificada a cathegoria de interesses sociaes ou politicos*, que constituem a razão de ser do partido republicano e que elle, em sua organisação, procura *concretisar*? Por ventura foi *sacrificada uma só das opiniões communs* que constituem o ponto de convergencia natural e espontaneo da consciencia dos seus adeptos, o centro capital de todos os seus movimentos? Por ventura foi *sacrificada uma só* das tantas que constituem a *somma geral de suas aspiraçoẽs politicas e sociaes*? Por ventura não ficou tudo isso intacto, *absolutamente intacto*? Onde, pois, a immoralidade, a incoherencia e a vergonha?





VII

UNICO criterio verdadeiramente seguro para se aferir da immoralidade ou da incoherencia dos actos de um partido é sem duvida alguma aquelle que atraz deixámos indicado.

Desde que um partido representa ou supõe se sempre representar uma certa cathogoria de interesses politicos e sociaes, um certo numero de opinioes communs, é evidente que d'ahi é que se deve partir para se fazer a critica justa e imparcial do seu procedimento, assim nas luctas electoraes como no seio dos corpos legislativos.

D'ahi a necessidade urgente, urgentissima, de um programma, de uma doutrina, que concretise e consubstancie de um modo completo e integral todos os interesses, todas as opinioes communs, todas as aspirações, que constituem na realidade a razão de

ser de cada um d'esses grandes agrupamentos politicos.

Sómente assim se tornará possível o confronto immediato da doutrina com a pratica e, conseguintemente, uma apreciação calma, justa e desapaixonada, tanto de cada um de seus actos isoladamente, como de toda a sua conducta partidaria. Um partido sem doutrina é um partido que se furta á responsabilidade: é um partido immoral.

É esta a verdadeira doutrina das organizações partidarias e é esta felizmente a característica fundamental do novo partido republicano. Com intuitos perfeitamente definidos e com um programma geralmente conhecido, o partido republicano de-a-fia a critica imparcial dos adversarios e impõe-se cada vez mais á consciéncia dos nossos cidadãos, pela admiravel coherencia dos seus actos com sua doutrina.

Se houvesse alguma cousa de censura el na conducta altamente escrupulosa e excessivamente tolerante, que até hoje tem tido o partido republicano, em todas as occasiões que tem tomado parte mais ou menos directa em nossas luctas politicas, evidentemente seria o sacrificio de seus interesses permanentes pela satisfação momentanea dos caprichos de alguns de seus chefes. Isso, porém, não se tem dado.

Compreende-se, por exemplo, e isso com muita facilidade, que um partido que, sómente para *garantir* a victoria de seus candidatos em uma lucta elaitoral, colloca em *segundo plano* os interesses que representa ou sacrifica mesmo alguma das suas mais ardentes aspirações, commette uma verdadeira immoralidade e pratica, conseguintemente, um acto condemnavel.

Antes dos interesses pessoaes dos candidatos e em um plano muito superior devem sempre conservar-se os *interesses do partido*, a somma total de suas opiniões communs, o conjuncto harmonioso de todas as suas aspirações politicas e sociaes. Fazer sacrificio d'esse patrimonio, que deve ser considerado sagrado pelo partido, sómente para *garantir* a possibilidade da eleição de seus candidatos é evidentemente commetter uma immoralidade.

Collocada, porém, a questão neste pé, perguntamos : — porventura. no ultimo pleito eleitoral, eu dou mais o partido republicano da victoria possivel de seus candidatos do que da victoria de seus interesses, de suas opiniões communs e de suas aspirações ? — porventura *sacrificou* elle alguma dessas aspirações para *garantir* a eleição de seus representantes ?

Examinem cuidadosamente os nossos

adversarios o nosso programma, destaquem bem os interesses capitaes do partido, recordem-se de uma por uma de nossas aspira-
ções e digam-nos com imparcialidade e com candura qual dellas foi *abandonada cedida, sacrificada* pelo partido, no ultimo pleito eleitoral, para garantir a victoria possivel de seus candidatos ? !

Porventura não disseram elles com toda a coragem das convicções sinceras e com toda a energia das mais nobres expansões patrioticas, com clareza e sem rodeios, tudo quanto pensavam antes, *muito antes*, de ferir-se propriamente o pleito eleitoral e quando ainda se conservavam *mudos e indecisos* os candidatos monarchicos ?

Porventura cederam elles *depois* de uma só de suas idéas, para assegurar a sua victoria ? Onde está, pois, a immoralidade ? Onde está o conchavo vergonhoso ? Onde esta a politica da *troca*, se os grandes interesses do partido, como um deposito sagrado, ficaram intactos, *absolutamente intactos* ?

VIII

O PROCEDIMENTO do partido republicano no ultimo pleito eleitoral, sobre ser altamente politico, foi ainda um exemplo notabilissimo da admiravel coherencia dos seus actos com a sua doutrina.

Effectuada a dissolução da camara temporaria, em consequencia da hostilidade que manifestára aquelle ramo do parlamento nacional ao projecto de reforma do elemento servil, offerecido pelo governo, tornou-se desde então aquelle projecto a questão culminante das luctas eleitoraes, entre os dous agrupamentos monarchicos.

Nem era mesmo possivel em taes circumstancias que deixassem os conservadores e liberaes correr descuidadamente para o segundo plano uma questão como aquella, que havia servido de motivo sufficiente para o acto de dissolução praticado pelo governo,

como a unica solução natural do conflicto que então appareceu.

O problema da emancipação tornou-se, por essa fórma, em virtude mesmo daquelle conflicto, o ponto culminante, a questão capital da grande pugna eleitoral, em que logo depois se empenharam, com todas as suas forças, os dous grandes partidos monarchicos. Sobre elle fôra feita a consulta á nação e, consequentemente, era tambem sobre elle que deviam francamente manifestar-se os dous agrupamentos monarchicos.

Como partidos *governamentaes* e, consequentemente, como os unicos responsaveis directamente pela boa ou pela má administração dos publicos negocios, não sómente seria estranhavel, como até mesmo indesculpavel, se quizessem os conservadores e liberaes, em vez de tomar o projecto do governo como a questão preponderante do pleito eleitoral, collocal-o de parte como uma questão puramente secundaria.

Compreende-se por isso, porque traçou-se desde logo entre os proprios monarchistas uma linha de separação em abolicionistas e escravagistas. Ou pelo governo, ou contra o governo, ou pelo projecto, ou contra o projecto, tal foi o dilema politico que então se estabeleceu como uma consequencia logica,

forçada, da dissolução, tanto para os conservadores, como para os liberaes.

Outra, porém, era a attitude do partido republicano. Como partido novo, extra-governamental, que se organisa pouco á pouco no seio do paiz e que visa antes de tudo a reconstituição da nacionalidade brazileira, sob os amplos moldes da republica federal, a questão da emancipação, por mais energicas que fossem as paixões do momento, nunca podia tornar-se o movel principal de sua conducta politica.

Com intuitos perfeitamente definidos e concretizando uma somma importantissima de interesses sociaes e politicos, consubstanciados na suprema aspiração de seus adeptos, que consiste no advento definitivo do regimen republicano democratico, nem era mesmo explicavel que o partido republicano, em vez de apresentar-se no pleito eleitoral com o conjuncto harmonioso do seu programma, destacasse d'elle apenas *uma idéa* para tornal-a o centro capital de suas operações

Na cupu'la do programma do novo partido está a idéa capital da republica, symbolo grandioso de todas as suas aspirações politicas e sociaes, admiravel estimulo de todos os seus generosos esforços, fonte inesgotavel de todas as suas energias, ponto de par-

tida necessario de toda a sua conducta, a unica razão de ser de sua propria existencia, como aggremação partidaria.

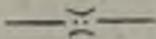
Não obstante, porém, essa enorme differença que o affastava dos outros dous partidos governamentaes, *ainda assim* julgou o partido republicano do seu dever manifestar francamente o seu modo de pensar sobre a questão, como partido miliante, e nesse sentido definiu com clareza e com lealdade a sua attitude, em face do dilema proposto. Deu apenas uma prova irrecusavel da coherencia de seus actos com sua doutrina.

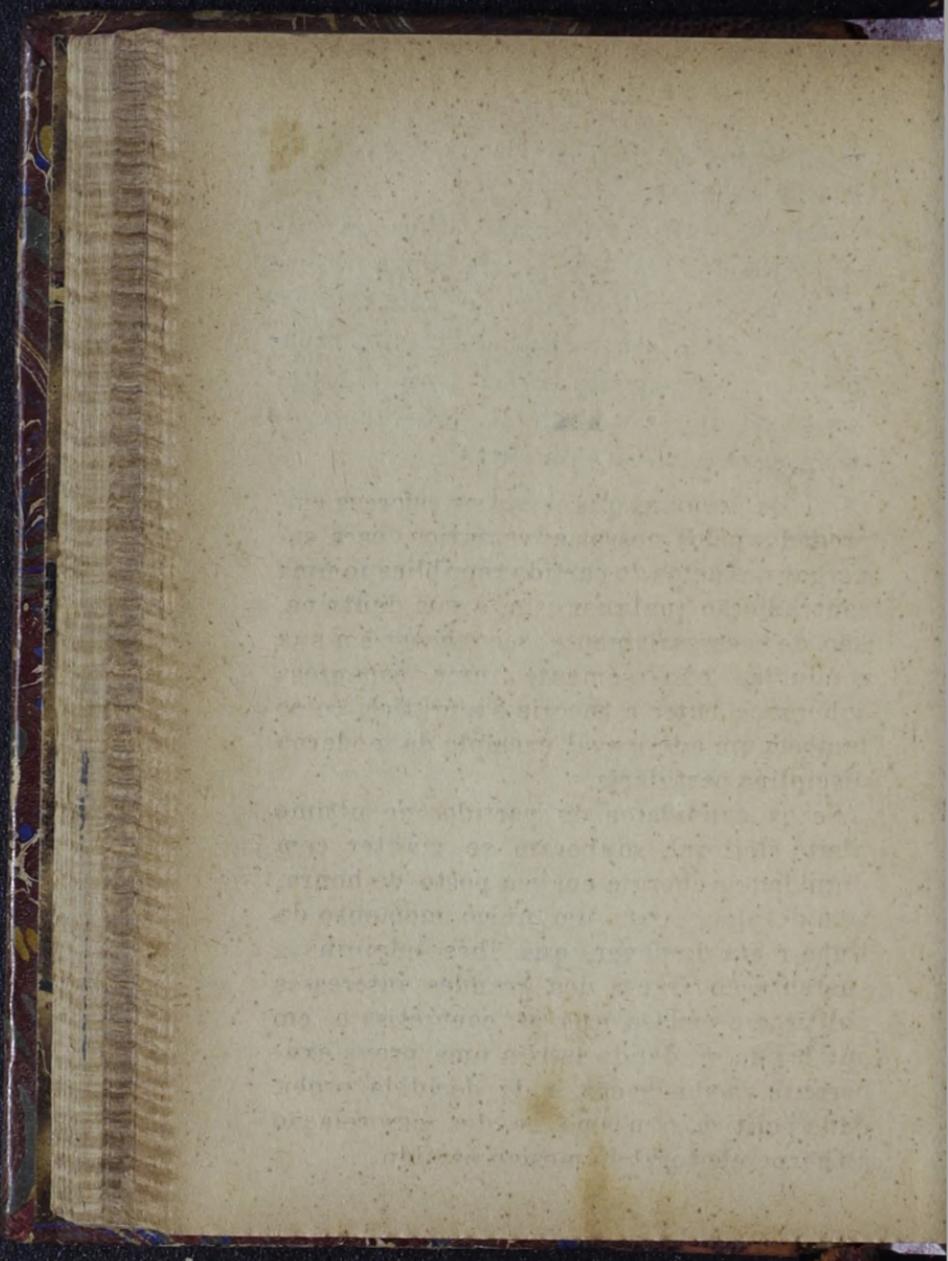
Os seus candidatos, indicados préviamente e de uma maneira toda espontanea pelo proprio partido, em vez de procurarem nos recursos da improbidade politica os elementos garantidores da sua victoria, collocaram-se abertamente ao lado dos grandes interesses do partido e assumiram, com coragem e com energia, o mais honroso compromisso politico de que temos tido até hoje noticia, neste paiz da vacillação e da versatilidade.

Foram francos e sinceros para com o seu partido, sua provincia e seus concidadãos, e foram coherentes com a sua doutrina. Antes do pleito, como depois do pleito, os candidatos republicanos conservaram-se sempre os mesmos. O que disseram em suas conferencias e em seus *meetings* eleitoraes será o

mesmo que hão de fazer no seio do parlamento nacional.

Não servirá este facto, aos olhos da imparcialidade e da justiça, de prova irrecusavel da conducta altamente politica e escrupulosamente moralisada do partido republicano? Não serviria ainda para attestar praticamente a admiravel coherencia de seus actos com sua doutrina?





IX

POR MAIORES que sejam os esforços empregados pelos nossos adversarios, para enxergar nos actos do partido republicano uma contradicção qualquer com a sua doutrina, hão de necessariamente reconhecer em sua conducta, não sómente uma espantosa coherencia entre a theoria e a pratica, como tambem um admiravel exemplo da moderna disciplina partidaria.

Se os candidatos do partido, no ultimo pleito eleitoral, souberam se manter com dignidade e energia em seu posto de honra, sem desviar-se por um unico momento da linha recta do dever, que lhes impunha a sustentação franca dos grandes interesses politicos e sociaes, que se coucretisam em sua bandeira, dando assim uma prova exuberante de abnegação e de decidida probidade politica. o mesmo se deu em relação ao corpo eleitoral do mesmo partido.

Tanto o procedimento dos candidatos como a conducta geral dos eleitores republicanos foram iuspirados pelos mesmos principios de moralidade, pelo mesmo *movel* politico. Se da parte dos primeiros não houve incoherencia politica, da parte dos ultimos igualmente não houve a minima discrepancia das doutrinas do partido. Candidatos e eleitores tiveram um procedimento admiravel mente correcto e invejavel, e escrupulosamente moralizado.

Assim como é da cathegoria de interesses sociaes e politicos, que representa e concretisa o partido, que se deve partir para aferir da moralidade ou da immoralidade da conducta de seus candidatos ou de seus representantes, tanto nas campanhas eleitoraes como no seio do parlamento nacional, assim tambem o proprio bom senso está indicando que é ainda d'esse mesmo conjuncto de interesses, de opiniões communs e de aspirações que se deve partir para julgar do procedimento dos eleitores.

O voto não é sómente uma funcção publica ; é tambem um direito : ou, como justamente observa Littré, é um attributo do cidadão regulado por um certo estado social, para uma certa fôrma de governo. Tanto em um como em outro caso, porém, elle está directamente subordinado ao grande princi-

pão da soberania popular, e tem um valor, uma significação politica de alta importancia social, que o caracteriza e que não póde e nem deve jámais ser desnaturada na pratica.

Como pondera Lastarria, «o voto tem um character essencialmente collectivo e o interesse solidario de toda a sociedade exige que elle não seja exercido segundo *motivos puramente pessoais*, mas que seja considerado como u na função publica, que respeita a ordem social e politica»; ou como expressamente o declara Stuart Mill: «o votante tem uma obrigação moral absoluta de considerar, *não o seu interesse particular*, mas o interesse publico.»

D'ahi se deduz evidentemente que o valor politico do voto resulta, não dos interesses particulares do eleitor, dos seus caprichos, dos seus desejos pessoais ou do seu modo especial de ver as cousas, mas sim dos interesses geraes e collectivos, que tem em vista realizar o partido a que elle pertence, do modo por que esse partido considera o interesse publico, da maneira por que o encara e das medidas que offerce como satisfação necessaria da ordem social e politica.

O eleitor, conseguintemente que vai ás urnas, não impellido pelo desejo e pela vontade de satisfazer um capricho meramente pessoal, mas por um motivo exclusivamente particu-

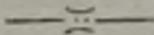
lar de parentesco ou de amizade, mas em obediencia a uma decisão partidaria e tendo em vista sómente os interesses geraes, que o seu partido reconhece e concretisa, comprehende com toda exactidão o valor politico da funcção publica que exercita e cumpre rigorosamente um dever de moralidade partidaria.

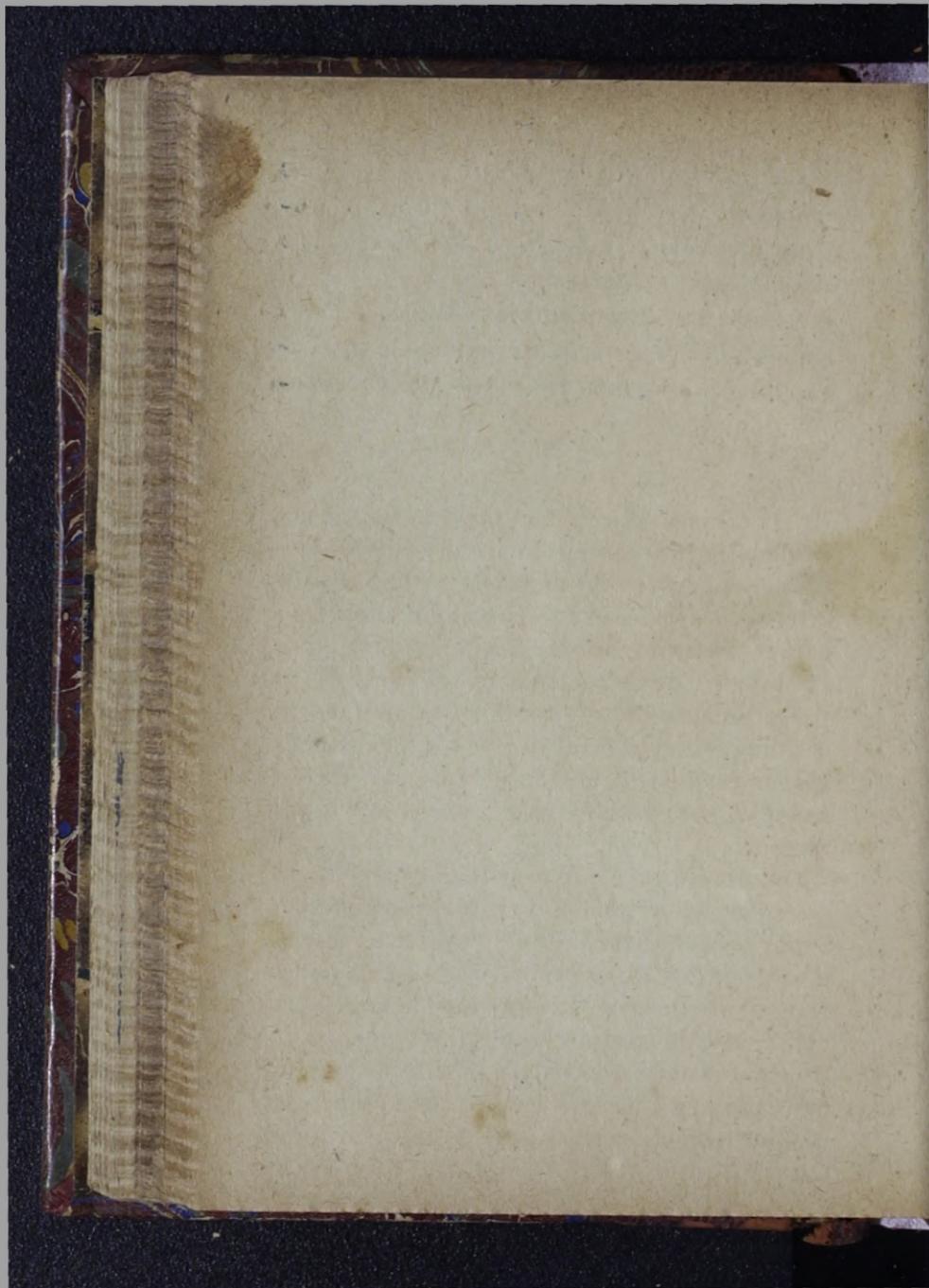
Pretender-se, por exemplo, que uma circumstancia puramente secundaria e material, como seja a simples inscripção de um nome qualquer na cedula, ou que uma circumstancia puramente geographica ou artificial, como seja a separação dos eleitores em differentes regiões ou districtos electo-^{es}raes, dê ao voto o seu verdadeiro valor politico, não é sómente ir de encontro aos fecundos ensinamentos dos publicistas mais notaveis dos tempos modernos; é tambem pretender um absurdo tão grosseiro que repugna á propria consciencia.

Accidentes d'essa ordem, cuja nenhuma importancia está indicada pelo simples bom senso de cada um, não podem e nem devem de maneira alguma influir sobre a significação politica do voto, quer seja elle considerado simplesmente como uma funcção, quer como um direito derivado immediatamente da soberania. D'ahi a necessidade que tem todo o partido, em attenção aos

de ordem social e politica do paiz em que apparece e desenvolve-se, de ter um programma claro, definido e comprehensivo d'sses mesmos interesses.

Esta é que é a verdadeira questão. Tudo o mais é pura phantazia, só propria de litteratos imaginosos, mas não de politicos sinceros e conscienciosos.





UMA VEZ admittido que o voto é uma verdadeira funcção publica, cujo valor politico resulta directamente da cathegoria de interesses sociaes e politicos, que o partido concretisa e procura realizar, é evidente que só d'ahi se deve partir para verificar se o procedimento dos eleitores republicanos no ultimo pleito eleitoral esteve em desharmonia com as doutrinas do mesmo partido ou se deve ser taxado de immoral e vergonhoso.

Quanto ao primeiro escrutinio parece-nos que não ha a menor duvida a levantar-se contra a conducta essencialmente correctea e escrupulosa do partido. Todos estão perfeitamente de accordo em considerar o procedimento do partido republicano naquelle escrutinio acima de toda suspeita de immoralidade e até mesmo como um verdadeiro exemplo de disciplina partidaria, pela ma-

ravilhosa harmonia e pela admiravel regularidade com que soube manter-se, em meio daquella lucta apaixonada de tão desencontrados interesses.

A duvida se levanta, porém, em torno do segundo escrutinio. E' aqui que se procura enxergar a incoherencia, a contradicção, a immoralidade; é ainda aqui que se procura descobrir o conchavo vergonhoso, a desmoralisação, o pacto escandaloso. Afirmam que o partido sacrificou-se pela attitude altamente racional que entao assumiu em face dos agrupamentos monarchicos e que os eleitores republicanos, aceitando aquella attitude, commetteram uma immoralidade.

Nada mais extravagante do que semelhante accusação. Desde que o partido republicano inteiro, pelo seu orgão legitimo—a commissão permanente—deliberou que os eleitores comparecessem ao segundo escrutinio, em virtude de accordo feito com o partido conservador, e fim de votarem no primeiro e quarto districtos nos candidatos conservadores, que por sua vez se haviam obrigado a sufragar os candidatos republicanos, no segundo e terceiro districtos, tudo o motivo que podia existir para inquirir de immoralidade um tal procedimento desapareceu completamente.

Os eleitores republicanos do primeiro do

quarto districtos não compareceram ás urnas levados por um interesse particular, por um desejo pessoal, por um capricho, ou atrahi-los unicamente pelo sentimento da sympathia e pelos laços do parentesco; ao contrario, apresentaram-se diante das urnas tão sómente em obediencia a uma decisão soberana do seu partido, tomada com o consentimento de todos e determinada regularmente pelo centro de todas as suas operações.

Os eleitores republicanos, portanto, de ambos aquelles districtos não falsearam a sua doutrina. Desde que votaram exclusivamente por uma decisão partidaria, afastando desse modo de sua conducta *tudo o movel pessoal*, representaram antes de tudo os interesses collectivos do partido e, consequentemente, conservaram intacto, absolutamente intacto, o character essencialmente politico do voto. Compareceram no exercicio de uma função publica importantissima e exprimiram com o seu voto, não um desejo pessoal, mas as aspirações do seu partido.

E' verdade que nas cédulas que levaram ás urnas estavam escriptos os nomes de dous conservadores; mas se é verdade tambem que o valor politico do voto não resulta de uma circumstancia tão insignificante e tão accidental como essa, senão da maneira por

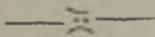
que o eleitor traduz, no exercicio d'esse direito, os interesses do partido a que pertence ou o modo porque elle considera as necessidades de ordem social e politica do paiz em que apparece e desenvolve-se, é evidente que os eleitores republicanos do primeiro e do quarto districtos não transigiram de modo algum com a sua consciencia de bons e dedicados partidarios.

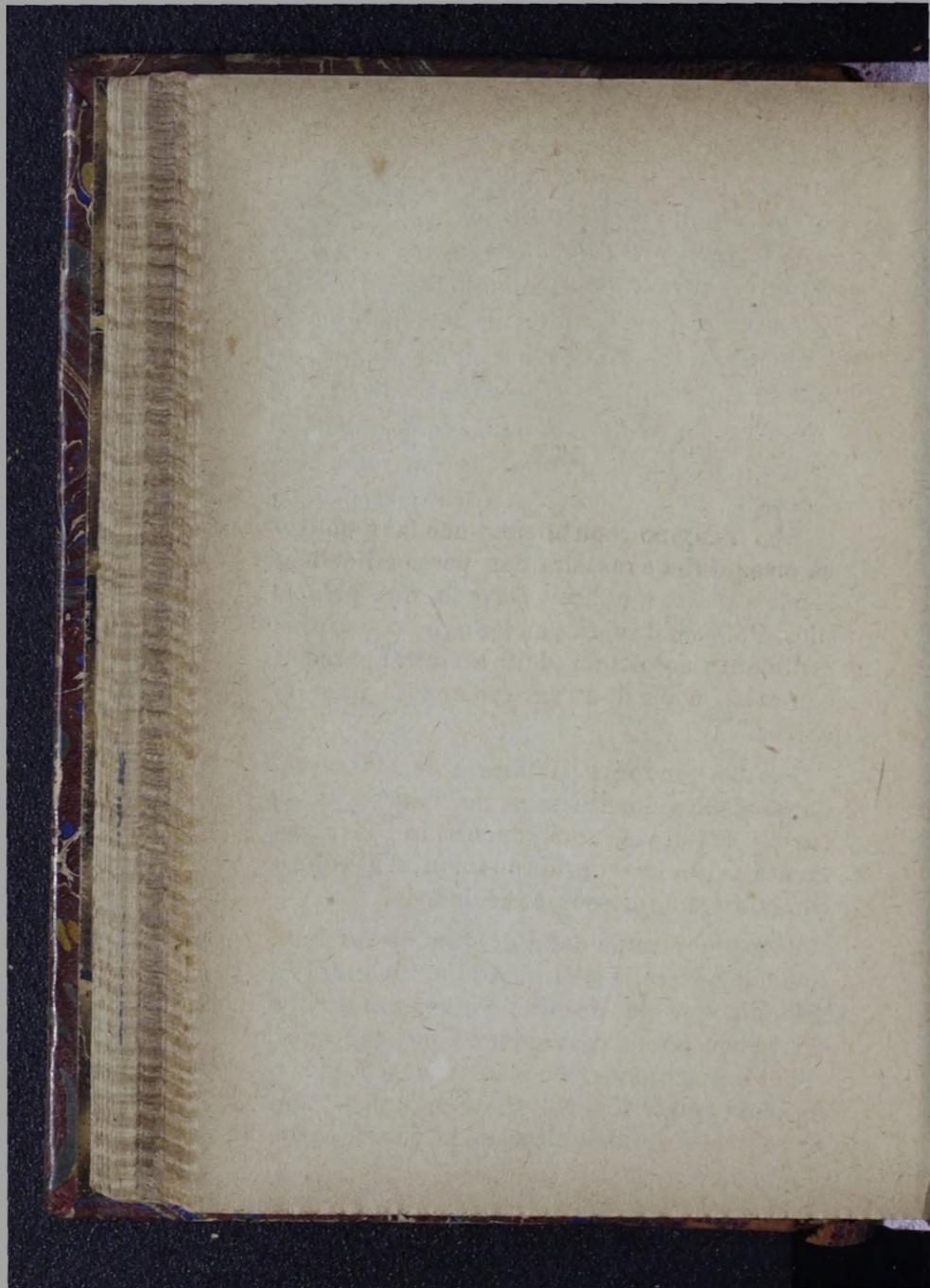
Compreende-se, por exemplo, que um eleitor republicano, que, sem deliberação expressa e terminante do seu partido, sem se^r por obediencia a uma decisão partidaria, tomada pelo orgão competente, mas levado unicamente por um *interesse pessoal* de amizade ou de parentesco, comparece diante das urnas para sufragar com o seu voto o nome de um candidato monarchico, falta com os preceitos da probidade partidaria, tira ao voto o seu character politico, transige com a sua propria consciencia e pratica, por isso mesmo, uma immoralidade.

Foi isso, porém, o que se deu com os eleitores republicanos do primeiro e do quarto districtos? Por ventura foi o interesse pessoal que os levou ás urnas? Por ventura não foram elles representar alli os interesses do seu partido? Por ventura não compareceram elles unica e exclusivamente em obediencia a uma decisão partidaria? Onde está, pois,

a immoralidade, desde que não desnaturaram a significação politica do voto ?

É força, portanto, reconhecer-se que os eleitores republicanos d'aquelles districtos votaram como republicanos. O facto material da inscripção de dous nomes conservadores nas cedulas que levaram ás urnas, não sómente em nada alterou a moralidade da sua conducta, como tambem em nada desnaturou a significação politica do seu voto.





XI

O PARTIDO republicano não faz a politica mesquinha e rasteira das personalidades, senão a politica nobre e elevada dos principios. Foi sem duvida por isso que o seu procedimento no ultimo pleito eleitoral pareceu estranhavel aos dous agrupamentos monarchicos.

Tanto a conducta partidaria dos conservadores como a dos liberaes, em todas as sussluctas eleitoraes, tem concorrido poderosamente para viciar profundamente a educação politica de nossos concidadãos.

Sem programma definido que os distinga uns dos outros, e sem uma doutrina determinada, que os oriente convenientemente em todos os seus movimentos, os dous partidos monarchicos, não sómente têm transformado os pleitos eleitoraes em uma verdadeira guerra de despeitos e de paixões pes-

soaes, como ainda têm desnaturado inteiramente a significação politica do voto.

Fazendo constantemente a politica das personalidades, sem a minima consideração pelos interesses vitaes da nação e tendo em mira sómente a posse permanente das mais altas funcões governamentaes, segundo o machiavelico aphorismo de que o poder é sempre o poder, tanto uns como outros têm impossibilitado sériamente, entre os nossos concidadãos, a formação espontanea da consciencia exacta do valor politico do voto, quer como um simples direito, quer como uma funcão.

A disciplina partidaria tem sido sempre deduzida, não do conjuncto de doutrinas que por ventura deviam concretisar em seus programmas, mas da influencia immediata e pessoal de seus chefes ; e, como uma consequencia natural d'esse erro gravissimo de organização partidaria, appareceu a crença não menos extravagante e prejudicial de que o valor politico do voto resulta directamente do nome do individuo que está escripto na cedula e não do modo porque o partido a que pertence o votante considera as necessidades de ordem social e politica de toda a nação.

E se accrescentarmos ainda mais a este vicio profundo de nossa educação politica a

maneira superficial, inconveniente e erronea porque alguns mesmos dos nossos co-religionarios procuraram explicar o accordo feito com os conservadores do quarto e do primeiro districtos, chamando-o de letra de cambio saccada pelos republicanos contra os conservadores, facilmente se comprehende a razão da grande repugnancia, que por aquelle acto sentiram alguns eleitores republicanos.

Explicar a attitudo do partido republicano por aquella fórma, no ultimo pleito eleitoral, era evidentemente insinuar inconscientemente que a politica do partido naquella occasião foi francamente a politica da troca, a politica do negocio, a politica do mercantilismo, quando entretanto o acto praticado pelo partido nenhuma analogia tinha com semelhante imagem commercial, absolutamente impropria para semelhante explicação e immensamente perigosa pelos erros que encerrava.

O partido republicano, quando aceitou o accordo proposto, quiz simplesmente aproveitar-se da oportunidade que então appareceu, para introduzir em nossas luctas politicas o sentimento benefico da tolerancia e corrigir por aquelle modo, sem quebra de harmonia com os seus principios e com sua

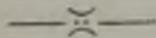
doutrina, um dos mais graves defeitos do nosso actual processo eleitoral.

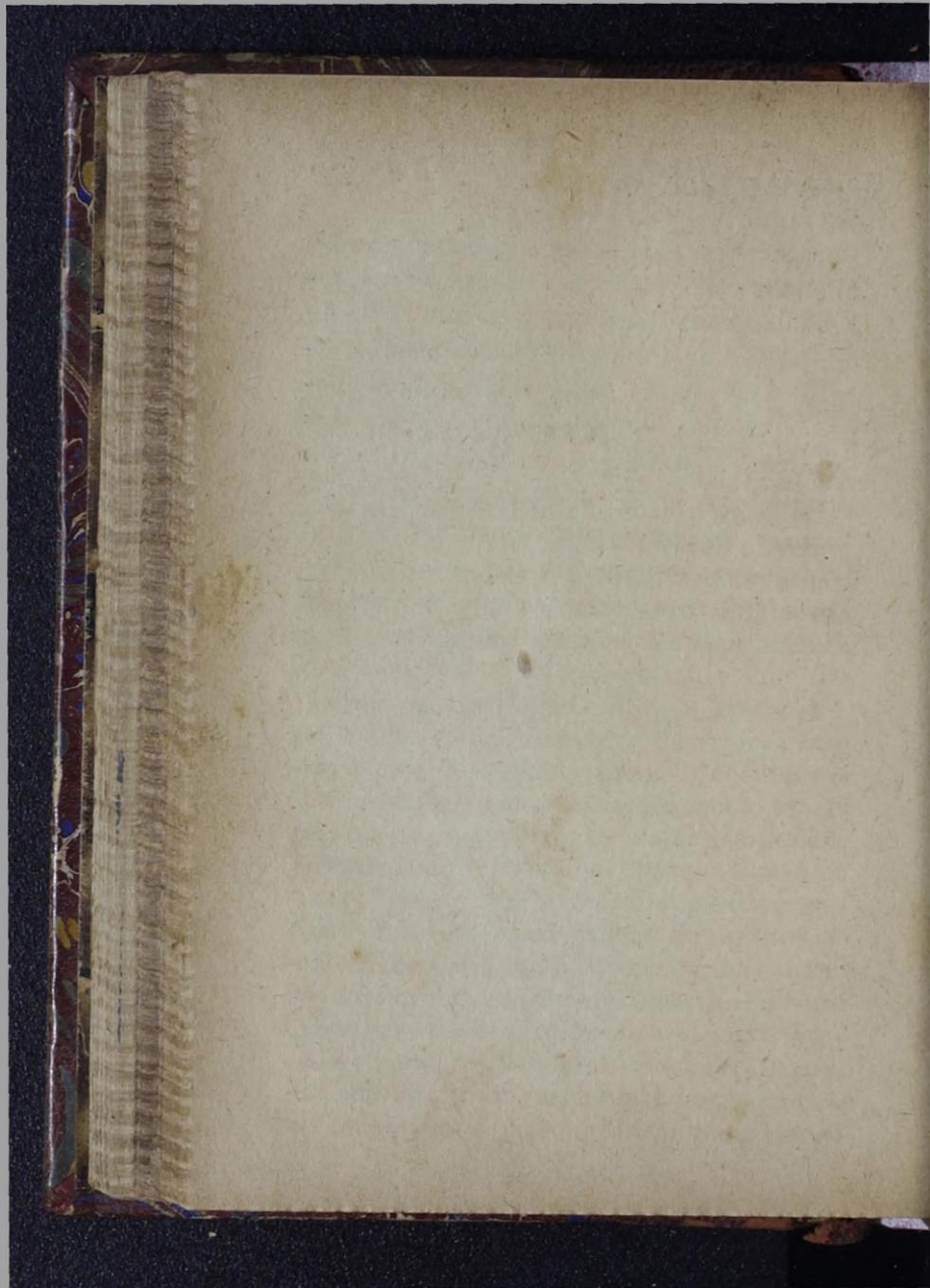
Partidarios ardentes do voto proporcional, segundo o qual «o quociente de eleitores que têm direito a um representante é, como observa Lastarria, o numero que resulta da d'visão do numero total dos votantes pelo dos lugares da camara, e o candidato que obtem este numero é eleito, *mesmo quando esse quociente se componha de votos dispersos por um grande numero de collegios electo-
raes*», os republicanos quizeram mostrar praticamente que, se a lei eleitoral não os favorecia, por incompleta e defeituosa, havia comtudo um meio accetavel de corrigil-a, pelo accordo.

Perfeitamente seguro de que, se o valor politico do voto não resulta da simples inscripção de um nome qualquer na cedula, não se deduz egualmente de uma circumstancia puramente geographica; e sabendo ainda mais que a sua força numerica na provincia era mais do que sufficiente para garantir-lhe o direito de representação, no seio do parlamento nacional, é evidente que nenhum motivo havia para que o partido republicano recusasse o accordo proposto, principalmente quando vinha elle fornecer-lhe uma esplendida oportunidade, para pôr em practica um dos principios capitaes de sua dou-

trina, sem que o seu acto pudesse de modo algum ser taxado de immoral.

Se pelo accordo proposto pudesse o partido republicano cahir em flagrante contradicção com sua doutrina, estamos certos de que elle seria nobremente recusado pelos directores do partido ; e se, pela recommendação feita pela commissão permenente aos eleitores republicanos do primeiro e do quarto districtos, pudesse o voto d'aquelles dignos e dedicados co-religionarios ser desnaturado em sua significação politica, estamos certos igualmente de que semelhante recommendação não teria sido feita.





XII

HA EM nossa educação civica um vicio profundo que convém ser desde já energicamente combatido, se quizermos imprimir á nossa actividade politica uma orientação nova e mais de accordo com as modernas aspirações democraticas.

A massa geral dos eleitores, em virtude mesmo da funesta direcção, que a ambos os agrupamentos monarchicos tem sido geralmente dada pelos seus mais prestigiosos chefes, perdeu a noção real do valor politico do voto e começou a desvirtual-o incessantemente na pratica.

O interesse publico ou as altas necessidades de ordem social e politica, que deviam imprimir a essa importante funcção o seu verdadeiro caracteristico, como a expressão genuina da consciencia esclarecida do eleitor, determinada pelas doutrinas de seu partido, tornaram-se motivos puramente se-

eundarios e cederam o lugar aos interesses exclusivam ente pessoaes.

As relações de amizade, as obrigações pessoaes, os laços de parentesco e outros motivos essencialmente particulares appareceram então como as unicas condições determinadoras da conducta politica do cidadão.

Radicou-se por essa fôrma, entre nós, e com todos os caracteristicos de um vicio profundamente pernicioso, a crença eminentemente prejudicial e erronea de que o voto, em vez de ser uma verdadeira função publica, que só deve ser exercida com um fim de utilidade geral e collectiva, não passa de um direito particular do eleitor, que deve ser usado tão sómente de accordo com os seus caprichos, com os seus desejos e com os seus interesses pessoaes.

A disciplina partidaria, portanto, inteiramente impossibilitada de estabelecer-se no terreno moral do accordo espontaneo das vontades e da adhesão livre das consciencias ao conjuncto harmonico das modestas offeridas pelos partidos, como a sua bandeira de combate, firmou-se, ao contrario, na vontade despotica dos chefes, como o unico elemento de cohesão politica.

E' contra este vicio gravissimo, cujas funestas consequencias ahí estão todos os dias a se manifestar, n'essa tendencia dispersi-

va de todas as forças sociaes, imprimindo ao exercicio da funcção publica do voto um character puramente negativo, que procura actuar o partido republicano n'esta provincia, quer como uma nova aggremação politica, quer como uma força real nas luctas eleitoraes.

O partido republicano se esforça principalmente por tirar á disciplina partidaria, introduzida pelos agrupamentos monarchicos, aquelle character auctoritario que a distingue, para firmal-a no dominio das consciencias, pela adhesão espontanea das vontades aos principios que constituem a sua doutrina e ao conjuncto de medidas que constituem o seu programma.

Para obter esse desideratum, porém, é necessario, antes de tudo, eliminar completamente dos espiritos aquella crença erronea de que o voto é um direito, um privilegio especial do cidadão, afim de substituil-a por aquella outra, mais exacta e mais scientifica de que *o voto é uma verdadeira funcção publica, que só pôde ser exercida por um motivo de interesse geral e colectivo, e cujo valor politico resulta unica e exclusivamente do modo por que o partido a que pertence o eleitor considera as necessidades de ordem social e politica de toda a nação.*

E' preciso, é mesmo absolutamente indispensavel que todo o cidadão, que se alista nas fileiras do partido republicano, se compenetre profundamente d'aquella verdade. Desde que um individuo se diz republicano e milita activamente n'esse partido, não tem mais o direito de dispôr do seu voto, ou seja por motivos de amizade, ou seja por motivo de parentesco, ou seja finalmente por motivos de sympathia ou de procedencias partidarias : — occorre-lhe, como disse Stuart Mil, a obrigação moral absoluta de conservar ao seu voto o seu verdadeiro valor politico.

Se esta crença já estivesse convenientemente generalisada entre nós, estamos certos de que nenhuma repugnancia sentiriam alguns dos nossos correligionarios, pelo acto aconselhado pelas circumstancias do momento e que, com o consentimento da maioria do partido, se traduzio no accordo do ultimo pleito eleitoral, apenas homologado pela commissão permanente.

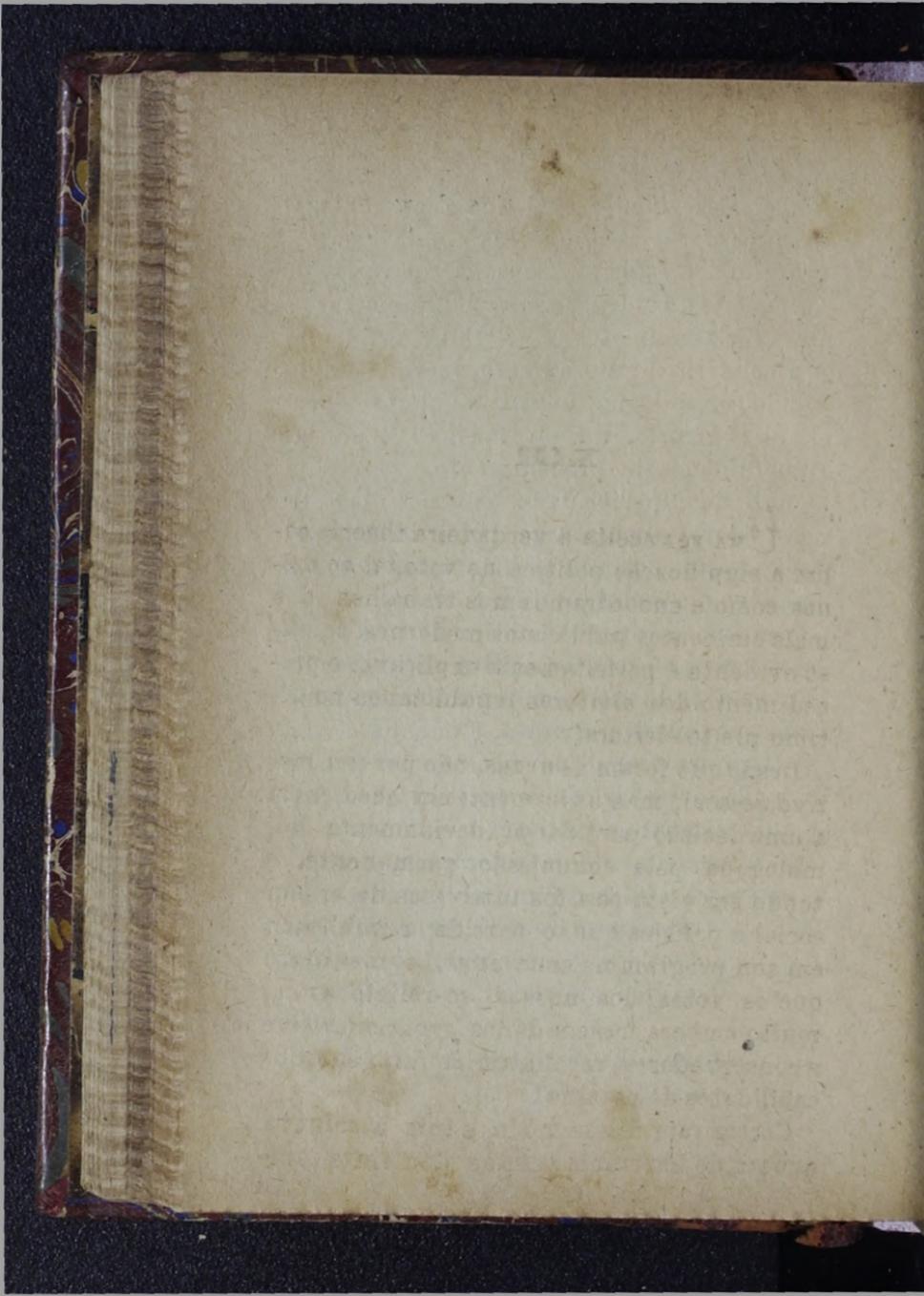
Os chefes do partido que aconselharam aquella attitude, assim o fizeram justamente por ter sempre em vista o valor politico do voto e a necessidade urgente de levar essa crença ao espirito de nossos co-religionarios, como a realizção de um progresso politico indispensavel.

Se a nossa educação politica fosse outra e se os nossos co-religionarios ainda não tivessem o seu espirito tão sobrecarregado de preconceitos, evidentemente nenhuma resistencia teriam opposto á attitudo altamente politica e escrupulosamente moralisada do partido republicano, no ultimo pleito eleitoral. Ao contrario, teriam louvado espontaneamente aquelle procedimento, como um exemplo da superioridade de nossa disciplina partidaria e como uma prova irrecusavel da admiravel coherencia dos actos do novo partido com a sua doutrina.

Restituir á função publica do voto a sua verdadeira significação politica é eliminar de uma vez a influencia malefica do egoismo em nossas luctas eleitoraes, é pôr um termo a politica irracional da resistencia cega e obstinada, é acabar com a politica da exclusão e do combate, é introduzir em nossa vida publica o sentimento da tolerancia, é cooperar para a rehabilitação moral e politica do cidadão, é trabalhar para a victoria dos principios democraticos, é fazer a politica generosa e scientifica da aceitação e da concordia.

Tal é a grandiosa e patriotica missão do partido republicano neste paiz.





XIII

UMA vez aceita a verdadeira theoria sobre a significação politica do voto, tal ao menos como a encontramos nos trabalhos dos mais eminentes publicistas modernos, torna-se evidente e perfeitamente explicavel o procedimento dos eleitores republicanos no ultimo pleito eleitoral.

Desde que foram ás urnas, não por um motivo pessoal, mas unicamente em obediencia a uma decisão partidaria, devidamente homologada pela commissão permanente, e tendo em vista os altos interesses de ordem social e politica que o partido republicano em seu programma concretisa, é manifesto que os votos dos nossos co-religionarios, muito embora fossem dados *apparentemente* a conservadores, recahiram *de facto* sobre os candidatos do partido.

Corrigiram d'esse modo, e sem a minima quebra de harmonia com as doutrinas capi-

taes do seu partido, um dos mais graves defeitos da nossa actual legislação eleitoral. E foi n'isso principalmente que consistiu o motivo preponderante, para a aceitação do *accordo*, que foi proposto pelos conservadores e que veio depois a constituir a famosa pedra de escandalo, tanto para alguns dos nossos proprios co-religionarios *soi disant* intransigentes, como para a grande *somma* dos despeitados do partido liberal.

Se o processo eleitoral vigente fosse completo e perfeito, e se consagrasse positivamente o democratico principio da representação proporcional, tendo cada candidato o direito de receber os votos dos eleitores de seu partido, *muito embora estivessem espalhados em differentes collegios*, certamente que o partido republicano não teria necessidade do *accordo* para fazer triumphar a sua politica.

Desde, porém, que esse processo é demasiadamente defeituoso e que só favorece o regimen inconveniente e anti-democratico das maiorias numericas, é evidente que o partido republicano, que tem as suas forças disseminadas por quazi toda a provincia, para não ser eliminado inteiramente do seio do parlamento nacional, pela politica da exclusão e do combate dos outros dous agrupamentos monarchicos, havia de procurar fa-

zer-se reconhecer pelo *accordo*, uma vez que este lhe fosse directamente proposto.

O *accordo*, portanto, foi um simples recurso eleitoral; recurso muito legitimo, porque em nada destôa da disciplina do partido, e muito licito, porque em nada disvirtua a verdadeira significação politica do voto. Recurso de occasião, que foi fornecido espontaneamente pelos conservadores no ultimo pleito eleitoral e que poderá igualmente ser fornecido pelos liberaes, si porventura identicas circumstancias apparecerem no futuro que determinem a sua aceitação.

Não houve, conseguintemente, a politica da troca, a politica do negocio, a politica dos conchavos illicitos e vergonhosos. O que houve foi simplesmente um expediente de occasião de que lançaram mão ambos os partidos, para o aproveitamento de forças exparsas, que de outra fôrma ficariam completamente inutilisadas. Na realidade, os conservadores votaram nos seus candidatos, assim como os republicanos votaram igualmente nos seus.

Os deputados republicanos, portanto, representam no seio do parlamento nacional unica e exclusivamente os interesses sociaes

e politicos do seu partido ; da mesma fórma porque os deputados conservadores do primeiro e do quarto districtos representam muito legitimamente os interesses de seu partido. Não houve amalgama entre conservadores e republicanos : — as duas minorias foram igualmente representadas, na proporção exacta de suas forças.

E' por isso que no recinto da camara temporaria conservam os deputados republicanos a sua verdadeira autonomia politica, mantendo-se no terreno elevado da critica justa e imparcial dos actos do governo, sem constituir-se instrumentos de *tramoias* parlamentares, emquanto que os conservadores, como partido de governo, e servindo-se da guarda avazçada dos dissidentes liberaes, lançam mão de todos os recursos para chegar ao seu fim supremo, que é a queda da situação.

A victoria republicana, portanto, significa, antes de tudo, a victoria dos principios e das doutrinas politicas do novo partido ; e o seu procedimento, no ultimo pleito eleitoral, nada mais é do que a consagração practica da sua conducta altamente racional e

científica, que se traduz pela *politica da aceitação, da tolerancia e da concordia*.

Podemos, pois, parodiando as palavras do eminente pensador, dizer : — Se o partido republicano tem uma doutrina que fornece uma solução ás diversas questões politicas, sem ser levada a um desmentido na pratica, é força reconhecer que só de suas extraordinarias aptidões organicas é que depende a reconstituição da nacionalidade brasileira.



